

1. Examen de ingreso – Febrero 2021

Nombre: _____

D.N.I.: _____

(A) Compreensão Auditiva e Produção Escrita

A seguir, você vai ouvir 3 (três) vezes o artigo “*Trânsito livre para boas idéias*” de Lucila Soares, publicado na revista *Veja*.

A partir da audição,

1. Marque Certo, Errado ou Não dá para saber segundo o caso.

	C	E	?
a) Mais de duas capitais brasileiras tiveram experiências positivas no controle de trânsito.			
b) Em Belo Horizonte, o problema do trânsito apenas conseguiu ser resolvido graças à ação policial permanente.			
c) Em Belo Horizonte, o transporte informal é a única opção para as pessoas se deslocarem bairro a bairro.			
d) A desordem no trânsito de Belo Horizonte não diminuiu, apesar das linhas de ônibus não atravessarem o centro da cidade.			
e) Em Recife, o problema do transporte irregular foi solucionado com castigos econômicos e impedindo o acesso à cidade.			
f) Os micro-ônibus da cidade de Recife são financiados pelo Estado e, por isso, eles são de graça para a população.			
g) O controle do transporte informal não produziu inconvenientes na cidade de Recife.			
h) Para as autoridades, é necessário melhorar as condições da frota e aumentar o número de veículos.			

2. Escreva, em espanhol, um resumo do fragmento escutado.

Examen de ingreso – Febrero 2021

Nombre: _____

D.N.I.: _____

(B) Leitura e Produção Escrita

Leia, em anexo, o artigo “*A volta às aulas em São Paulo deve ser presencial mesmo com o agravamento da pandemia?*”, publicado na seção *Tendências e Debates* do jornal Folha de São Paulo em 15/01/2021.

- a. Explique, com suas próprias palavras, qual é a posição dos autores respeito da questão e que argumentos eles/elas utilizam para defendê-la.

- b. A partir da leitura do texto e conforme sua própria visão, escreva um texto argumentativo explicitando como a questão da volta às aulas pode ser observada na Argentina.

ANEXO

A volta às aulas em São Paulo deve ser presencial mesmo com o agravamento da pandemia?

Resposta 1

A pergunta em questão nos parece, por princípio, equivocada. À luz de nove meses de conhecimento científico acumulado e da experiência de muitos países, a questão correta seria: “quando as escolas devem fechar?”. Evidências confiáveis já demonstram claramente o menor papel da criança na transmissão do vírus e a segurança —a alunos, professores e funcionários— das escolas que praticam medidas de mitigação.

Como o foco das notícias na mídia se refere à doença em adultos, a sociedade desconhece o que aconteceu com as crianças e adolescentes em 2020. Sabemos que, em sua imensa maioria, adoeceram pouco e sem gravidade pela Covid-19. Mas adoeceram física e emocionalmente pelo convívio com famílias sobrecarregadas e angustiadas, pelo exílio da natureza, excesso de telas e perda da socialização. E também pela falta da escola, cuja importância vai muito além do ensino formal. Ela é fundamental para a proteção da criança, seu desenvolvimento integral e a garantia de seus direitos.

Somos um dos poucos países que mantiveram escolas públicas fechadas durante quase todo o ano —que atendem justamente aos mais vulneráveis. Os prejuízos para a infância, famílias, economia e sociedade como um todo são incalculáveis. Haverá uma importante redução na proficiência, nas capacidades e habilidades dos alunos. A evasão escolar aumentará brutalmente. Com pouco acesso ao ensino remoto e sem a supervisão dos pais, obrigados a trabalhar, a desigualdade de oportunidades para essa geração será tragicamente ampliada, atingindo em cheio sua saúde, empregabilidade e expectativa de vida.

Na experiência internacional, escolas que praticaram as medidas sabidamente eficientes de contenção da transmissão não tiveram alta circulação do novo coronavírus. Casos individuais, nos quais a contaminação ocorreu fora da escola, são a maioria. Surtos significativos foram muito raros. A escola aberta não impulsionou a pandemia.

A transmissão comunitária alta, por outro lado, vai gerar ocorrências dentro da escola. Portanto, atividades não essenciais e que provocam aglomerações é que devem ser o foco de atenção dos governantes.

Essa é a mais importante medida de proteção escolar: a redução da circulação viral na comunidade. Além disso, é preciso que as autoridades públicas —e também a comunidade— iniciem intervenções integradas e enérgicas agora para garantir que as escolas estejam em boas condições estruturais e com equipamento e treinamento adequados para a implementação de protocolos de mitigação. Isso é fundamental à segurança de todos: alunos, famílias, professores e funcionários —que devem ter voz nesse processo.

Escolas abertas aumentam a circulação de pessoas e do vírus, é claro, mas em menor proporção que outras atividades. Além de seu caráter social essencial, são locais supervisionados, onde as medidas de proteção são mais efetivas. Manter escolas fechadas e

o restante dos setores econômicos abertos é uma estratégia gravemente equivocada. E que tem consequências desastrosas para crianças, famílias e sociedade.

Se o ritmo de vacinação for lento; se o governo federal seguir sabotando as medidas de controle; e se boa parte da população continuar nos mesmos níveis de descaso, com o agravante potencial de uma mutação mais transmissível, talvez não consigamos abrir escolas. Mas o seu fechamento deveria ser o último recurso a ser usado para o controle da pandemia de Covid-19.

É hora de a sociedade brasileira parar de negligenciar as suas milhões de crianças, prioridade absoluta nos termos da nossa Constituição.

Livia Esteves

Infectologista pediátrica do Departamento de Pediatria Ambulatorial da Soperj (Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro)

Daniel Becker

Pediatra e sanitarista, é médico do Instituto de Saúde Coletiva da UFRJ e da Soperj

Resposta 2

A pandemia de Covid-19 impactou todas as dimensões da vida humana, no Brasil e no mundo. Ao desencorajar as interações sociais em virtude do elevado risco de contágio, comprometeu as atividades que têm no encontro sua razão de ser. Nem a demonstração de afeto contida num abraço passou incólume.

A educação foi muito afetada por essa situação, que ensejou o fechamento de escolas. Afinal, como pontua Paulo Freire, ela se realiza, enquanto prática da liberdade, num processo intersubjetivo de estudantes e professores. Reabri-las, todavia, contraria as evidências que deveriam pautar as decisões políticas. Não há condições para um retorno seguro às aulas em São Paulo e no Brasil.

Só se pode falar em retorno seguro se for garantido o direito à vida e à saúde à comunidade escolar, por meio de melhorias na infraestrutura das escolas e uma campanha pública de vacinação contra a Covid-19. E, simultaneamente, se houver sólida relação de confiança entre Estado e sociedade civil, como em qualquer democracia séria. A realidade da educação pública no estado de São Paulo, todavia, não contempla esses elementos.

Professores não têm prioridade na vacinação, e o cenário nas escolas é estarrecedor. Diagnóstico do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), feito em agosto a pedido da Apeoesp, concluiu que 82% das escolas não têm mais de dois sanitários para uso dos estudantes, e 48% não têm sanitário acessível para pessoas com deficiência; 13% não têm quadra ou ginásio; e 11% não têm pátio para atividades ao ar livre.

O mesmo estudo recomendou intervenções nas escolas, em especial sinalização e ventilação dos ambientes e redução do número de alunos por sala. Entregue ao Poder Público, foi ignorado em tom negacionista pelo secretário estadual de Educação, Rossieli Soares.

Até o momento, a secretaria não divulgou quantos profissionais da educação estão no “grupo de risco”, insuscetíveis de “retorno seguro”. Levantamento feito pela Apeoesp entre seus

mais de 180 mil associados indica que cerca de 15 mil professores são idosos. Quantos mais têm comorbidades, como obesidade, diabetes e hipertensão?

Pesquisa realizada pelo sistema público de saúde do Reino Unido concluiu que os colégios provocaram três vezes mais surtos de Covid-19 do que hospitais naquele país. Segundo o estudo, 26% dos grupos de infecção analisados estavam ligados às escolas, enquanto 8% das infecções foram relacionadas a hospitais.

Por outro lado, os argumentos favoráveis à abertura das escolas oscilam entre a desinformação e o cinismo. Inconcebível, por exemplo, comparar escolas (fechadas) a bares (abertos e lotados). Um erro não justifica outro. Se o poder público não foi capaz de fazer quarentenas para valer, não pode agora flexibilizar o retorno às aulas como se a pandemia tivesse acabado.

Tampouco se sustenta a tese de que sem aulas presenciais os estudantes são acometidos por quadros depressivos. Além de não estar baseada em estudos consistentes, a afirmação contém um profundo corte de classe. Não é a falta de aulas presenciais que causa problemas de saúde mental, mas sim a indignidade de uma vida marcada pela privação de direitos fundamentais, tais como moradia adequada e saneamento básico, situação cotidiana de milhões de estudantes brasileiros. Onde estavam os arautos do bem-estar desses jovens durante todo esse tempo?

Professora Bebel

Deputada estadual (PT-SP), é presidenta da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo)